



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

No dia 10 de abril p.p., o Diário de Notícias publicou uma notícia, na sua edição online, com o título “Solução para IP3 é «absoluta prioridade» nacional”, de acordo com o Senhor Ministro-Adjunto.

No texto pode ler-se que *“o ministro-adjunto [...] defendeu hoje que é de absoluta prioridade nacional encontrar uma solução para o Itinerário Principal 3 (IP3) [...]. É fundamental [...] que se encontrem soluções também para o IP3 que, provavelmente, é a estrutura dessa natureza em que há absoluta prioridade a nível nacional, bem como desenvolver aquilo que é um investimento de natureza ferroviária, que é uma prioridade absoluta”*.

Já anteriormente, a 4 de janeiro de 2017, a Infraestruturas de Portugal garantia à TSF que, *“ao longo de 2017, o IP3 vai receber obras de conservação no valor de um milhão de euros. Dinheiro que «servirá para estabilizar taludes, melhorar o piso e a sinalização»”*.

No entanto, para além dos sucessivos alertas deixados por utilizadores, autarcas e elementos da Proteção Civil, por causa dos muitos acidentes que ocorrem naquela via, na semana passada surgiu, nas redes sociais, mais um alerta com uma foto (em anexo) onde se pode constatar do elevado estado de degradação em que se encontra o piso (a foto foi tirada no sentido Viseu/Coimbra, depois do nó da Espinheira/Penacova).

O IP3 foi construído há mais de 30 anos e há muito tempo que esgotou a sua capacidade de resposta e não corresponde às necessidades e para o tráfego que todos os dias regista. A sinalização é deficiente e a estrada tem poucos espaços para ultrapassagens em segurança.

Os números indicam que diariamente circulam no IP3 mais de 18 mil veículos, sendo uma via muito utilizada por pessoas que vivem em Viseu e trabalham em Coimbra, e vice-versa, e também por muitos veículos pesados de transporte de mercadorias com sentido a Espanha.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro-Adjunto, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa. conhecimento do estado de degradação em que se encontra o IP3 (conforme se pode comprovar na foto em anexo)?

2- Estando já no segundo semestre de 2017, e face ao elevado estado de degradação do IP3, não considera V. Exa. que essas são obras urgentes e de “prioridade absoluta” conforme afirmou em abril último?

Palácio de São Bento, 2 de agosto de 2017

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

Existem anexos ao documento.